



ATA 874

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, no Auditório do Sindicato dos Profissionais em Educação Municipal de Canoas, sito a Rua Quinze de Janeiro, número cento e vinte e um, sala duzentos e dois, Centro, Canoas, reuniram – se os representantes das escolas fundamentais, membros da diretoria, secretária de educação Beth Colombo, secretárias adjunta Gisele Bervig Martins e Susiane Nabinger e o Diretora da Educação Infantil Caroline Janaini Silva Mongelo. Para tratarmos da seguinte pauta: escuta da categoria sobre os problemas das escolas. Simone inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes, explicando como será a dinâmica da mesma, com a gravação de voz das pessoas presentes, inclusive o objetivo dessa reunião. Simone inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes, solicitando que venham sentar mais para frente e informando que a reunião será gravada, apenas áudio. Segue explicando como será a dinâmica da reunião, fazendo a apresentação da secretária e suas adjuntas. Secretária Beth inicia cumprimentando a todos os presentes, relatando como foi a dinâmica da reunião com os representantes da Fundamental e que gostaria que seguissemos esse modelo, dizendo que é um diálogo. Simone relata os pontos que acredita sejam unânimes entre os colegas. Juliane questiona sobre os planejamentos, de forma integral, na Educação Infantil. Pergunta também sobre o enquadra, se há um prazo concreto e quais os pontos que estão impedindo sua implementação. Gisele toma a palavra explicando que a questão do planejamento nas Infantis é um grande problema devido à falta de recursos humanos. Em outros tempos, com outro regime de trabalho, com a prefeitura ofertando toda a infraestrutura e uma empresa terceirizada responsável pelos recursos humanos era possível. Em dois mil e dezessete, o tribunal de contas apontou que esse sistema não poderia mais ser utilizado e a prefeitura deveria dar conta dessa mão de obra, época em que foi feito o primeiro contrato para os técnicos de educação. Dando maiores explicações sobre o referido sistema. Como as professoras das terceirizadas tinham uma carga horária maior, conseguia cobrir as pontas. Ao passar para a mantenedora, começou a faltar pessoas para fazer o cumprimento da carga horária da Infantil. Recorrendo-se novamente, aos contratos que, apesar de terem profissionais excelentes, eles não são efetivos. Segue explicando que em dois mil e vinte e quatro, seria feito um concurso, mas veio à enchente, adiado para dois mil e vinte e cinco, onde o nível de aprovação foi um fracasso, que deveria atender cento e noventa vagas para técnicos em educação básica, somente vinte e nove aprovaram, deixando um déficit de cento e setenta e um técnicos e mesmo com o contrato, esse número já não é suficiente, pois durante o último ano tivemos aposentadoria, exonerações, reduções de carga horária e readaptações. Segue explicando que, após o dia dezesseis, poderá chamar os novos contratos, concomitantemente, tem o chamamento de novos profissionais concursados. Terá ainda, a renovação de alguns contratos que estão se encerrando. Gisele fala ainda da angústia de não se conseguir dar o planejamento completo para as professoras da Educação Infantil, mas que a secretaria está trabalhando para resolver esse impasse, esperando que, com esse novo concurso, possa se resolver. Em relação ao enquadra, Gisele explica que, quando existe uma legislação federal, o município precisa aguardar todas as adequações da mesma para que, futuramente possa efetivar a lei e para que não se incorra na ilegalidade, se faz necessário o estudo da procuradoria, com os advogados concursados para dar embasamento legal. Caso venha uma decisão do Supremo Tribunal Federal com um cumpra-se, o município deverá se adequar a essa lei, sendo que as pessoas não têm mais interesse em fazer o magistério, desta forma esse cargo de técnicos,



SINPROCAN
Sindicato dos Profissionais em Educação Municipal de Canoas
CNPJ Nº 97.130.835 / 0001 – 06

provavelmente, irá entrar em extinção. Beth relata que, Canoas tem um plano de carreira para esse cargo, estando mais adiantado do que outros municípios e, talvez isso, deixe isso mais fácil fazer esse enquadramento. Natália questiona se já há uma data para que o grupo de trabalho do enquadra possa se reunir. Tendo a resposta de que ainda não tem as pessoas do executivo que irão participar, e Beth relata que amanhã terá reunião com o prefeito e levará esse questionamento para ele. Silvana relata a situação de final de dia em sua escola, dizendo que o município oferta um número maior de horas de atendimento do que a legislação orienta. Fala também que, com a nova orientação de que a criança entra a hora que quer na escola, ficou bem difícil de organizar a escola, no que Caroline relata que se estabeleceu um horário padrão em toda a rede, assim como no ensino fundamental, às nove horas, sendo que se organizou assim, devido ao grande número de reclamação sobre o não acolhimento da criança que chega em outros horários. Carin questiona, no seu entendimento, que está se tirando a responsabilidade da família de chegar no horário, dizendo que há casos em que as famílias chegam a hora que querem e bem entende e as exceções viram regra. Continua dizendo que ninguém vai fazer mesmo o magistério, pois ninguém mais respeita o professor, que se continuarmos sendo permissivos, não conseguiremos impor respeito e precisamos do amparo da mantenedora para isso, desta forma, as escolas estão sendo vistas mais como assistencialismo. Caroline fala que precisa saber quem são essas famílias para que se possa orientar. Silvana questiona sobre a redução do horário das escolas. Natália reitera que estamos perdendo profissionais para o último concurso. Beth explica que essa é uma luta de Caroline para fazer essa redução. E justamente por falta de recursos humanos nas escolas, pensou-se na redução, mas houve uma família que se negou a buscar as crianças antes das dezenove horas, sendo essa uma cultura de Canoas. Beth faz um breve relato histórico das escolas de Educação Infantil e reconhece que é sim, uma carga horária muito maior do que outros municípios e, até mesmo de outros estados. Que sua ideia seria de quem entrar a partir de agora, já teria um horário reduzido, e os que já estão matriculados seguiriam com a mesma carga horária até saírem da escola. Explica ainda sobre um projeto de Escola Corujinha, com atendimento até às dez horas da noite. Ainda sobre a redução do horário, Caroline coloca que precisasse ver o caso de cada escola. Carin pede que se reveja a banca que faz o concurso, pois vários municípios do entorno tem uma margem de aprovação maior, com o relato de colegas dizendo que caem perguntas que não foram vistas nem na faculdade e devemos ter um plano de carreira mais atrativo para que os profissionais fiquem no município. Retoma ainda, que devemos puxar as responsabilidades para que essas famílias as assumam. Se continuarmos atendendo a todas as necessidades dessas famílias, é claro que sempre teremos uma demanda grande dentro das escolas. Que devemos pensar em algo que se valorizem os profissionais para que consigam chegar em uma família e conseguir falar. Colega fala ainda que o conselho tutelar deveria estar mais presente dentro das escolas. Beth retoma a fala sobre o plano de carreira e diz que vai mais longe, por que o estatuto também precisa de alterações. Em relação ao conselho tutelar, ele só vai se for provocado e mesmo assim, ainda há desculpas de que não tem carro, ou o conselheiro está em outro atendimento. Jéssica toma a palavra dizendo que muitas questões já se pontuaram como quem irá resolver esses impasses, e a resposta vem na figura da diretora, que está sozinha para resolver todos os problemas. Beth reconhece que se está em dívida com a Educação Infantil, pois estão devendo as coordenadoras. Jéssica faz um relato das demandas ocorridas dentro de sua escola sem a presença da diretora e que são as professoras que precisam resolver, seguindo com uma fala de suas angustias. Questiona de quando o



SINPROCAN
Sindicato dos Profissionais em Educação Municipal de Canoas
CNPJ Nº 97.130.835 / 0001 – 06

município terá uma linha pedagógica alinhada, como uma rede de fato, exemplificando outros municípios. Questiona, ainda, onde estão os estagiários das faculdades de licenciatura que existiam. Quem sabe pensar em alternativas para resolver esses impasses. Quais as estratégias que a mantenedora irá programar para resolver esses impasses. Pergunta, também, quando iremos parar de olhar para a família e focar na criança. Gisele responde que o primeiro passo, foi fazer mudanças na lei para que se possam incluir especialistas na Educação Infantil, conseguindo um total de cento e oitenta vagas para esse cargo, para que cada escola tenha duas especialistas. No início do ano, devido à grande demanda de professores para sala de aula, priorizaram-se esses profissionais sendo essa a razão de só estar se chamando os especialistas neste momento. A ideia é que se tenha pelo menos uma especialista por escola sendo que não é uma demanda apenas das professoras, mas também das diretoras. Fala ainda que a vontade de Jéssica de se ter uma linha pedagógica é um sonho dentro da rede, inclusive para o ensino fundamental, mesmo que se saiba que tem profissionais que se identifiquem com outros interesses. E que ainda não se pensa em uma linha para não sobrecarregar ainda mais o quadro docente. Jéssica fala do pacto que ainda não tem o livro, que não faz sentido ficar imprimindo. Gisele relata que agora é o município que imprimir, pois, o material do livro é livre, sem direitos autorais. E que essa foi uma solicitação também do ensino fundamental. Colegas relatam que, se a orientação é para escolas imprimirem as atividades do livro, porque os kits de material vieram sem folhas de ofício. No que a secretária questiona se foi somente uma escola que não recebeu, tendo como resposta que nenhuma escola recebeu e Suziane fala que já está entrando em contato com a empresa para saber o que houve. Beth fala que concorda que houve uma estagnação dentro da educação como um todo, mas estamos começando a reagir com a efetivação do concurso, mas estamos atrelados ao limite prudencial. Que estamos apenas recebendo a reposição dos profissionais e não está sendo autorizado cargos novos. Jéssica questiona o que é limite prudencial e quando será possível melhor esse fato. Tendo uma explicação da secretária, onde inclusive as verbas do Fundeb entram nesses valores e percentuais. Gisele ainda explica que existem leis contraditórias entre elas, ou tu cumpres uma lei e descumpre outra e vice-versa. Silvana fala de sua angústia em ter jardim integral e parcial na mesma sala e questiona se a secretaria não pensa em resolver isso. Caroline relata os exemplos de outros municípios que podem ser implementados em nossa rede. E a figura do coordenador terá papel fundamental para que esse trabalho seja efetuado. A diretoria das Infantis está estudando várias práticas para que sejam resolvido todos os impasses que se encontram nas infantis. Vanessa toma a palavra dizendo que alguns pontos já foram contemplados e o que mais lhe interessa é o enquadra e faz um breve relato de quando entrou no município e relata que teve suas horas extras cortadas com a desculpa de que o quadro estaria completo, mas que com as várias baixas que ocorreram no quadro, há o adoecimento dos profissionais e pede uma explicação. Bem como as famílias vão até a mantenedora e fazem suas reclamações e os profissionais são retaliados sem ser perguntado sobre o que foi que aconteceu com aquela família. Fala ainda que existem coisas que precisam ser articuladas com a área da saúde, pois o educar e o cuidar são indissociáveis. Beth toma a palavra dizendo que está percebendo uma grande divergência de informações entre as escolas e pretende retomar as reuniões gerais com as diretoras. Nesse mês de agosto foram feitas reuniões individuais com cada diretor para que se possa escutá-los. Vanessa fala sobre o desfile cívico, onde ela escutou que seria um convite, com ônibus disponível para levar as crianças e os colegas que quisessem participar. Ficando bem aborrecida com o fato de que as colegas que foram terem recebido uma folga



SINPROCAN
Sindicato dos Profissionais em Educação Municipal de Canoas
CNPJ Nº 97.130.835 / 0001 – 06

por terem ido, no entanto quem não foi teve que pagar essas horas. Beth fala que foi uma iniciativa dela para dar uma folga para quem foi. E com o relato dos colegas presentes confirmou que cada escola ou diretora falou uma coisa diferente para seus quadros. Lucas toma a palavra dizendo que isso acontece devido à sobrecarga de trabalho das diretoras e sugere o uso do memorando para fazer essa comunicação. Beth coloca que Caroline é a porta voz da secretaria dentro das infantis, e que todos podem procura-la para tirar suas dúvidas. Lucas segue falando que se faz necessário um protocolo de segurança para as escolas, que não é um luxo e sim uma necessidade e, que se esse protocolo firme existir, acaba sendo uma forma de proteção para os profissionais. Com o intuito de melhorar a comunicação, Caroline fala em fazer um memorando circular para as diretoras com os pontos das reuniões. Lucas retoma a questão do enquadra, dando o exemplo de Cachoeirinha que já conseguiu fazer o enquadramento. Fala ainda que no dia a dia não há diferenciação de atribuições entre os cargos. Simone fala sobre a questão do protocolo a ser adotado em relação a crianças com febre, onde Caroline responde que a orientação é chamar a família para que busque a criança, a partir de uma temperatura de trinta e sete graus e meio. Cristiane retoma a questão do planejamento, pois só conseguem fazer quatro horas de planejamento. E que a fala “direito da criança” a incomoda, e questiona com que qualidade isso ocorre se não tem professor para atender, dando como exemplo crianças atípicas que não tem atendimento especializado, segue fazendo um desabafo de sua realidade na escola. Beth relata uma série de ações que os monitores não podem fazer, mas está ocorrendo. Deise pede para retomar algumas coisas, como um alinhamento com a saúde, principalmente em casos de doenças infectocontagiosas, sendo necessário afastar as crianças para que se possa fazer uma higienização em todo o ambiente. Beth aproveita o momento para fazer uma combinação com o grupo: criar uma comissão monte uma proposta de protocolo e enviem para a secretaria. Caroline coloca que devemos comunicar a família sobre as questões de higiene, mas sem constranger essa família, fazendo registro dessa situação e comunicar o conselho tutelar, pois isso também caracteriza negligência, pois eles sabem de suas responsabilidades e podem responder juridicamente caso aconteça algo com essa criança. Cida fala que traz muitos pontos das colegas, mas já foi contemplada em muitas questões e fala que os monitores vieram para baixar a qualidade da educação, pedindo que se pense na inclusão para que ela seja feita com qualidade. Beth tenta explicar as atividades e ações que os monitores podem fazer dentro da escola. E a própria palavra monitor já fala que é para monitorar a criança, para sair da sala quando essa criança se desregularia, onde todos os presentes acusam que os monitores não podem fazer o manejo de uma criança atípica em crise e que quem deve ter esse tipo de ação é o professor, registrados dentro da legislação da criança atípica. Tatiana pede que se tenha um olhar para as salas de Atendimento Educacional Especializado, pois tem crianças que não tem laudo e precisam desse atendimento. Andréa fala que sobre o projeto professor destaque, em ela não poder participar por ser agente de apoio, no que Gisele fala que esse tópico já foi anotado, tendo sido uma falha na redação do edital. Natália retoma a questão da folga do dia do desfile, com a Gisele falando que será feito uma explicativa por escrito para que não haja mais confusões. Com Natália levantando o assunto de pagamento de greve, Gisele fala que se podem fazer os acertos e combinações para que se contemplem todos os casos. Enilda fala que já foi contemplada em muitas falas e pontua todos os tópicos da reunião. . Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada. Esta ata vai assinada por mim, Rosiane Teresinha Klunck, Secretária Políticas Sociais do Sindicato dos Profissionais em Educação Municipal de Canoas e pela Presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação



SINPROCAN
Sindicato dos Profissionais em Educação Municipal de Canoas
CNPJ Nº 97.130.835 / 0001 – 06

Municipal de Canoas, Simone Riet Goulart, demais presentes consta lista de presença a qual é parte da presente ATA.